

# Empreiteiras devem sofrer devassa maior

O relator geral da CPI do Orçamento conclui que o esquema de corrupção montado pelas empreiteiras era muito mais sofisticado. Pelo que lhe foi dado conhecer através dos chamados papéis da Odebrecht, “a influência dessas grandes empresas é abrangente e vai desde a apresentação da emenda orçamentária de seu interesse até a liberação das verbas e a adjudicação das obras e serviços, não apenas da União, mas, também, dos municípios maiores”.

“Temos um caso, por exemplo — disse Magalhães — em um estado do Norte, em que uma empresa perdeu a concorrência e o governo local simplesmente anulou a concorrência e adjudicou a obra à empresa que havia perdido a concorrência, mas que era ligada a um senador da República”.

Há outros sistemas visíveis de ação das empreiteiras. Algumas delas, segundo o relator-geral, conseguiram um domínio tão completo das verbas públicas que passaram a ser repassadoras, ou melhor, subempreiteiros de obras

públicas, os seus ganhos eram extraídos do sistema de superfaturamento, “uma espécie de comissão pelo repasse das obras financiadas com as verbas por elas obtidas”.

“Fato gravíssimo — advertiu o relator — é que a grande maioria dos políticos de primeiro nível, mesmo os mais austeros e de conceito inatacável, tinham notícia desses fatos escandalosos, ainda que superficialmente. Todavia, jamais reagiram contra esse estado de coisas, ou por comodismo ou por acharem que seria inútil reagir”.

O deputado Roberto Magalhães faz questão de lembrar o que certamente constará de seu parecer — o arquivamento em 1992 de um requerimento solicitando a constituição de uma CPI para apurar exatamente irregularidades na elaboração do Orçamento.

“Outras iniciativas da Procuradoria Parlamentar da Câmara, quando fui coordenador — lembra Magalhães — não prosperaram, apesar do interesse e do apoio emprestado pelo atual pre-

sidente da Câmara dos Deputados”.

Agora mesmo, Roberto Magalhães confessa-se preocupado por ter sido procurado por grande número de deputados, que julga dos mais sérios e competentes, para manifestarem-se contrários à proposta do relator-geral da CPI de extinção da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. A convicção do deputado pernambucano é a de que, se for mantida a estrutura que aí está, pouco terá adiantado o trabalho da CPI, pois em breve tudo estará como dantes, mudando apenas, os personagens desta farsa que tem sido o Orçamento da República, nos últimos anos”.

O deputado Roberto Magalhães pretende propor, no seu parecer final, que a Proposta Orçamentária da União, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, tramite pelas Comissões Técnicas da Câmara e do Senado passando depois por uma Comissão de Sistematização Orçamentária, que ficaria incumbida de sistematizar o projeto.(T.H.)